



Análise de Políticas Públicas

As perspectivas acadêmicas da trajetória das Políticas Públicas de Previdência Social no Brasil.

Raquel Andrade e Silva ¹

Bruno Tavares ²

Maria Eduarda Olimpio Lopes ³

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. Para tanto, foi necessário entender através da revisão de literatura as definições e conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social. A metodologia desse trabalho foi qualitativa consoante a revisão bibliográfica integrativa, utilizando como suporte a análise lexical do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour ler Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Nesse sentido, os resultados encontrados elucidaram quatro perspectivas teóricas (Bem-estar, Econômica, Jurídica e Reformista). O que indicou um possível hiato teórico sobre estudos longitudinais e integrativos da trajetória da Política Pública de Previdência Social no Brasil e também iluminou novas oportunidades de pesquisa nesse campo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Previdência Social

1. Introdução

No Brasil, as políticas públicas de proteção social que contemplam a Seguridade Social visam resguardar a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social. A Seguridade Social surgiu com esse tripé (Saúde, Assistência e Previdência), após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que pelo seu caráter protetor tentou assegurar o máximo de direitos possíveis ao cidadão (BOSCHETTI, 2009).

Durante essa trajetória de noventa e quatro anos (1923-2017), a Previdência Social no Brasil passou por inúmeras mudanças que ocorreram por meio das alterações legais, as quais concretizaram as políticas públicas de previdência no campo nacional, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Este trabalho está inserido no contexto de turbulentas questões acerca da Previdência Social, uma vez marcada por reformas, indagações sociais, alterações normativas e posicionamento divergentes de governos. Desse modo, fez-se por necessário o estudo de uma revisão bibliográfica sistemática para compreender como o tema está sendo discutido na academia.

¹ Mestranda Administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail:* raquelsilva1003@gmail.com

² Doutor em Administração e professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV): *E-mail:* brunoetavares@gmail.com

³ Estudante de Direito na Universidade Federal de Viçosa (UFV): *E-mail:* dudaoimpio@gmail.com



As perspectivas da trajetória da Política Pública de Previdência Social são oriundas de uma revisão bibliográfica sistemática que utiliza métodos próprios para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão.

Portanto, o objetivo geral desse artigo é compreender a trajetória da política pública da previdência segundo a academia, visto que, ao ser estudada desde a sua formação até os dias atuais, identificam-se pontos chaves e peculiaridades no percurso que definem o atual sistema previdenciário. Como resultado do estudo foram encontradas perspectivas temáticas da Previdência mais abordadas, o que possibilitou fazer uma categorização dessas abordagens científicas.

Além da presente introdução, o artigo constitui-se do referencial teórico, no qual são expostas as definições e conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social; as considerações metodológicas e os resultados encontrados.

2.Revisão de Literatura

2.1 Definições e Conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social

A Política Pública pode ser compreendida como uma diretriz formulada para o enfrentamento de um problema público. Trata do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2014).

Consoante Mead (1995), política pública é definida como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. De modo complementar, para Rua (2009) a finalidade das políticas públicas consiste em manter os conflitos dentro dos limites administráveis além de ser uma das maneiras pela qual os Estados podem prover sobrevivência e desenvolvimento. Portanto, uma política pública é um instrumento de ação do governo para resolução pacífica de um problema público.

Cumprir destacar que as políticas públicas são as ações governamentais que ocorrem por meio de programas públicos e ou organizações públicas não governamentais. Assim, as políticas públicas são *outputs* resultantes das atividades políticas, elas envolvem várias decisões e requerem distintas ações para a sua efetiva implementação.



Para a melhor compreensão das políticas públicas é mister conhecer os conceitos básicos sobre a sociedade, os interesses sociais, a cooperação e a competição entre os atores políticos. Em suma a política pública engloba a política (*politics*), política pública (*public polity*), sociedade política (*polity*) e as instituições.

Insta salientar que que a política pública, incluindo a de Previdência, pode ser compreendida como um conjunto de decisões, planos e metas governamentais, seja a nível nacional, estadual ou municipal, voltados para a resolução de problemas de interesse público.

As políticas de Seguridade Social seriam aquelas responsáveis por proteger o indivíduo e a família contra as adversidades da vida. Já a Previdência Social é uma política pública de subsistência garantida pela Constituição de 1988, que visa acobertar os seus beneficiários em caso de perda da capacidade laborativa, ocasionada pela idade avançada ou por outros riscos sociais, tais como doenças, acidentes de trabalho, reclusão, desde que efetuada a contribuição para o custeio do sistema (ZANIRATO, 2003).

Além de amparar o trabalhador, a Previdência Social proporciona desenvolvimento socioeconômico, por meio dos seus benefícios pagos aos segurados e seus dependentes, principalmente através das aposentadorias e pensões que representam um dos principais pilares da estabilidade social do país. Assim, a intervenção do Estado na economia por meio de políticas públicas e de programas sociais pode ser justificada pela busca da eficiência e da equidade, objetivando melhorar o nível de bem-estar e de renda, produzindo melhores indicadores sociais (CAVALIERI e PAZELLO, 2005).

Portanto, uma política pública é um instrumento de atuação do governo que tem como finalidade a solução não conflituosa de um problema público, sob essa vertente, a Previdência Social se apresenta com relevância, impactando direta ou indiretamente grande contingente de famílias e conseqüentemente toda a sociedade.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como documental, bibliográfica, descritiva e explanatória por buscar compreender a trajetória da Previdência Social de acordo com a produção acadêmica sobre o tema. A abordagem será qualitativa perante o objetivo proposto, já o universo de análise são os 17 artigos (quadro1) selecionados por meio da



revisão bibliográfica sistemática integrativa e analisados com o auxílio do *software* IRAMUTEQ.

As perspectivas teóricas são oriundas de uma revisão bibliográfica sistemáticas que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão. A revisão bibliográfica sistemática pode ser vista como uma metodologia que incorpora outros tipos de métodos para o processo de revisão da literatura (BROOME, 2006).

Cumprir destacar que consoante Botelho, Cunha e Macedo (2011) no bojo da revisão bibliográfica sistemática existe o modelo integrativo que permite o pesquisador aproximar-se da problemática que pretende estudar, o qual faz um roteiro e panorama da produção científica, que o permite compreender a evolução do tema ao longo do tempo. Assim, torna-se viável analisar os possíveis hiatos teóricos e indicar oportunidades de pesquisa.

Seguiu-se os seis passos dessa metodologia sugeridos por Botelho, Cunha e Macedo (2011) são eles: identificação do tema, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos selecionados, categorização, análise e interpretação e por fim síntese do conhecimento.

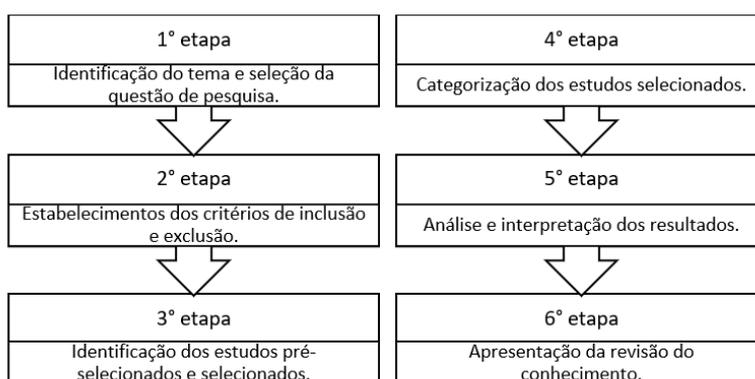


Figura 1: Seis passos da Revisão Sistemática Integrativa

Fonte: Botelho, Cunha e Macedo (2011).

1ª. Etapa: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

A trajetória da Previdência Social como uma política é o tema da pesquisa. Foram escolhidos os bancos de dados *Speel*, *Scielo*, Google Acadêmico e Portal da Capes, por ser uma pesquisa de âmbito nacional, excluíram-se os bancos de dados internacionais e exploraram os bancos nacionais em sua variedade.



2ª. Etapa: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

As buscas nas bases de dados ocorreram entre o dia 10.08.2017 e 10.09.2017. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa foram: “previdência social”, “previdência” e “seguridade social” nos campos: título, resumo e palavras-chaves de cada banco de dados.

Nessa etapa, foram excluídos os trabalhos que não remetiam à Previdência Social e abordavam apenas a Seguridade. Também foram excluídas pesquisas internacionais que não faziam comparação com a Previdência brasileira. Nesse sentido, foram incluídos trabalhos publicados em revistas que tivessem o *qualis* classificado pela plataforma Sucupira da área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo.

3ª. Etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Depois do estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão e leitura atenta do resumo, palavra-chave e título foram encontrados 17 (dezesete) artigos que se adequavam à trajetória da previdência social.

4ª. Etapa: Categorização dos estudos selecionados

Nessa etapa analisaram-se todos os referenciais teóricos dos artigos selecionados com o auxílio do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour ler Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), ele é uma ferramenta que auxilia na análise de conteúdo e textual dos arquivos previamente selecionados e preparados. Portanto, ele não conclui a análise, apenas auxilia.

Dentre as inúmeras funções do IRAMUTEQ, foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), nela os segmentos e seus vocábulos são correlacionados formando um esquema hierárquico de classes de vocábulo (Figura 2). O conteúdo lexical do material foi categorizado e revelaram as quatro principais perspectivas teóricas: Bem-estar, Econômica, Jurídica e Reformista.

5ª. Etapa: Análise e interpretação dos resultados

A partir da categorização com o auxílio do *software* IRAMUTEQ foi feita a interpretação dos dados.

6ª. Etapa: Apresentação da revisão/síntese do conhecimento



QUALIS	TÍTULO	AUTOR	REVISTA	ANO
B2	“Seguridade Social no Brasil”	Baptista (1998)	Revista do Serviço Público	1998
B4	“Conceito, Estrutura e Evolução da Previdência Social no Brasil”	Bertussi e Tejada (2003)	Teoria e Evidência Econômica.	2003
A2	“Reforma previdenciária no Brasil em três momentos”	Fleury e Alves (2004)	RAP	2004
B3	“A Seguridade Social Brasileira: caminhos percorridos e a desbravar”	Ramos (2004)	INTERFACE	2004
B2	“A Reforma da Previdência em Dois Tempos”	Melo e Anastasia (2005)	Revista de Ciências Sociais.	2005
A2	“Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil”	Gomes (2006)	RAP	2006
C	“Previdência social e desenvolvimento econômico”	Fagnani (2008)	Texto para Discussão. IE/UNICAMP	2008
B1	“A Reforma da Previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula”	Nakahodo e Savoia (2008)	Revista Brasileira de Ciências Sociais.	2008
B3	“A previdência Social no Cenário Constitucional Brasileiro”	Costa (2008)	Fragments de Cultura.	2008
B4	“A Previdência Social no Governo Lula – os desafios de um governo democrático e popular”	Marques et al (2009)	Ser Social (UNB).	2009
B3	“A previdência Social: da Constituição à reforma Lula”	Marques et al (2009)	Revista Textos e Contextos.	2009
A2	“Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988”	Lobato (2009)	Ciência e Saúde Coletiva.	2009
B1	“A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição”	Jesus (2015)	R. Katál., Florianópolis.	2015



B2	“Estado, trabalho e seguridade social no Brasil: legados, transformações e desafios”	Lanzara (2016)	Rev. Serv. Público.	2016
B1	“A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História”	Silva e Costa (2016)	Administração Pública e Gestão Social.	2016
B2	“Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro”	Lobato (2016)	Saúde em Debate.	2016
B1	“Democracia e Globalização: Políticas de Previdência Social na Argentina, Brasil e Chile”	Loureiro (2017)	Lua Nova.	2017

Quadro 1: Referências dos artigos analisados

4.Resultados

4.2 As perspectivas acadêmicas da Trajetória da Previdência Social no Brasil

Foram analisados 17 artigos científicos que compreendem o *corpus*, 3085 segmentos de textos, 11.808 formas e 109.062 ocorrências. A frequência média das formas foi de 35.352350, originando 5 classes semânticas distintas. Diante de todo material processado foi considerado 72,03% do corpus.

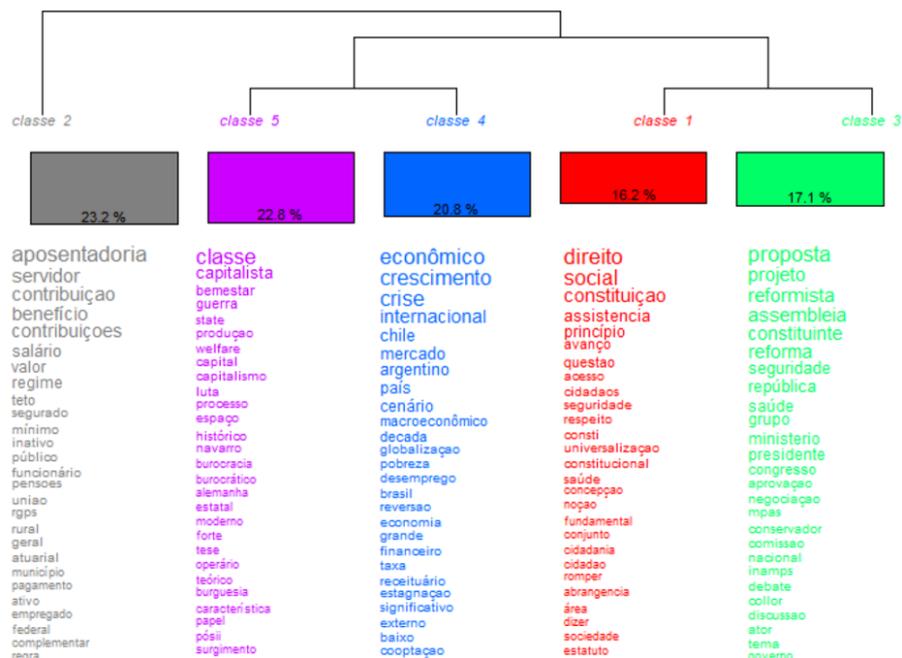


Figura 2: Dendograma lexical originado da Classificação Hierárquica Descendente.



Uma das funções desse *software* é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ela analisa as Unidades de Contexto Elementar (UCE) com vocábulo semelhante, a partir disso organiza os dados em formato de um dendograma, que permite compreender as expressões e palavras utilizadas nas obras analisadas. O que vai definir se esse agrupamento de palavras tem representação social é a interpretação desse resultado e a sua relação com o plano de cada pesquisa.

A interpretação dos resultados de acordo com o dendograma (Figura 2) deve ser feita a partir da maior percentagem para a menor, tendo como referência que essa percentagem indica a maior representatividade das palavras agrupadas. Nesse escopo, o *Software* indicou 5 classes. O *corpus* foi dividido em 2 subgrupos e em um segundo momento um subgrupo foi novamente dividido que resultaram nas classes 1,2,3, e 4.

A classe 2 que possui 23,2% da variância total das UCE apresenta um grupo de palavras gerais que fazem parte do contexto da pesquisa, ou seja, palavras como aposentadoria, servidor, benefício e contribuições não representam uma perspectiva temática, mas sim o próprio escopo da pesquisa. Assim sendo, essa classe não foi considerada uma perspectiva teórica acadêmica da trajetória da Previdência Social, ela indica de forma geral e universal o que tem sido estudado.

A classe 5 que têm 22,8% da variância das UCE indicou pesquisas que utilizam como base teórica as discussões acerca do capitalismo, o estado bem-estar, o *Welfare-State*, a burocracia, o operário, o capital e outros. Nesse sentido, vislumbra-se que muitos artigos fizeram a relação entre a evolução histórica e a política da garantia dos direitos sociais, incluindo a seguridade social, a previdência social e também os direitos trabalhistas. Nesse grupo de palavras há um viés teórico que permite nomeá-lo de “Bem-Estar” e também indica uma predominância de estudos teóricos que utilizam essa linha de pensamento, ligando a Previdência Social ao Estado de Bem-estar-social ou *Welfare-State*.

Já a classe 4 que se relaciona de forma mais próxima da classe 5 indicou a variância de 20,8% das UCE, não por acaso essa classe indicou palavras e temas como economia, crescimento, crise, mercado, globalização, desemprego, financeiro, Chile, Argentina e outros. As bases teóricas que originaram esse agrupamento de palavras discutem



exatamente as crises das previdências sociais, em especial no Brasil e na América Latina. O discurso econômico é muito forte em muitas produções acadêmicas, sempre interligando a situação financeira da Previdência Social ao contexto econômico dos países citados.

A classe 3, por sua vez, com 17,1% das UCE indicou o tema ligado à reforma, proposta, projeto, constituinte, congresso, debate, discussão, negociação e outros. Essas palavras remetem ao tema reforma de maneira geral e como a Previdência Social tem sido analisada sob esse prisma. Os trabalhos em questão se atentam à forma com que as reformas ocorrem em diferentes governos e como a Previdência Social mudou com o passar dos anos por meio delas. Ainda nesse sentido, os debates políticos e o comportamento das casas do Congresso Nacional acerca da política da Previdência Social também foram analisados.

Por fim, a classe 1, com apenas 16,2% das UCE indicou que o tema do direito, assuntos sociais, a Constituição Federal, a assistência, os princípios da Seguridade Social e a cidadania estão em destaque em muitos artigos científicos. O que fica evidente é que a trajetória da Previdência Social está intimamente ligada às alterações legais e constitucionais que afetam toda a sociedade, principalmente os seus princípios constitucionais basilares que são as diretrizes para nortear as Políticas Públicas de Previdência Social. As cinco classes descritas serão analisadas de acordo com as perspectivas teóricas: Bem-Estar, Econômico, Jurídica e Reformista no tópico seguinte.

4.2.1 Perspectiva do Bem-Estar

A perspectiva de bem-estar é a que mais se destacou na referida análise, em Ramos (2004); Gomes (2006); Marques et al (2009); Jesus (2015); Lanzara (2016) e Lobato (2016). Os artigos explicitam como o capitalismo e a diferença de classes sociais influenciaram as questões estatais sobre o desenvolvimento da seguridade e da previdência social. Além de traçarem uma comparação entre a evolução das leis trabalhistas com as leis previdenciárias. Os trabalhos científicos também apresentam, de modo geral, uma trajetória histórica, evidenciando os governos, a fase de ditadura e a redemocratização, contextualizando a década de 80 e 90, sob a égide do neoliberalismo, e principalmente após a Constituição de 1988.



Em Ramos (2004), é descrito a trajetória da Seguridade Social brasileira desde o seu surgimento até contexto pós CF/88, trazendo os avanços e retrocessos das políticas sociais nesse percurso. Mesmo com o foco neoliberal nos anos 80 e 90, a autora afirma que na nova década de 2000 mudanças sociais puderam surgir, mesmo que a mercê dos interesses internacionais. Lobato (2016) retoma a relação da ampliação das políticas sociais pós CF/88 com a fase de redemocratização do país, apesar dessa relação não ser óbvia, o contexto da redemocratização foi um ponto importante na garantia dos direitos sociais.

Gomes (2006) se destaca pela análise da delimitação do conceito de Welfare-State e os tipos de Estado de bem-estar social. Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a implantação de políticas públicas em contraponto às mazelas da guerra. Assim, o artigo trata as perspectivas do Estado de bem-estar social e a expansão das políticas sociais pós CF/88.

Marques et al (2009) trabalha a previdência entre os anos 1985 a 2008, enxergando duas fases principais. Uma de ampliação da cobertura dos direitos previdenciários logo após a Constituição de 88 e outra fase de proposta de reformas dos anos 90 e contrarreformas dos governos Lula e FHC.

Jesus (2015) traz à discussão sob o ponto de vista do trabalhador e seus acessos frente à política previdenciária, uma vez que, mesmo sendo dita universal, não consegue segundo o autor abranger a todos. Ele indica uma marginalização de parte da sociedade que não recebe os benefícios e a proteção da previdência. Do mesmo modo, Lazara (2016) analisou a postura estatal frente às políticas de trabalho que garantem a formalidade do emprego e a necessidade disso para se ter a proteção oriunda da Previdência Social, posto que, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT-1943), o assalariado passava a ter maior proteção, mas também tinha os seus direitos e deveres arbitrados pelo Estado. Logo, o trabalho formal é evidenciado como requisito para se alcançar os direitos sociais e para se ter acesso a previdência.

Nota-se que a perspectiva teórica de bem-estar, oriunda da análise dos artigos aborda o contexto das políticas do *Welfare-State*. Incluindo, nessa toada, a construção das políticas sociais, mesmo com a barreira das políticas capitalista e neoliberais, que



trouxeram a ampliação de mercados e a influência internacional, especialmente, após a Constituição Cidadã de 1988. Nesse sentido, é importante a menção nos textos sobre a luta de classes e a situação do trabalhador, que marcam a relação do direito do trabalho com o direito previdenciário e esclarece de que modo ele é assistido em seus direitos e está assegurado pela Previdência.

4.2.2 Perspectiva Econômica

Sob outro aspecto, os artigos de Bertussi e Tejada (2003), Fagnani (2008); Silva e Costa (2016) e Loureiro (2017) por meio da retomada histórica da Previdência Social concentram a tese no campo da economia, comparando a situação econômica dos países da América Latina, incluindo na análise o cenário de crise financeira. A priori, argumentam sobre o desenvolvimento econômico, déficit, financiamentos e questões tributárias. A posteriori, indicam índices de crescimento e estagnação econômica. Assim, a trajetória da previdência foi utilizada como pano de fundo para elucidar o seu próprio desenvolvimento econômico.

Em Bertussi e Tejada (2003) é sintetizada a parte histórica das legislações previdenciárias, ou seja, é realizada uma breve evolução histórica e legal. Depois, são verificados os dados oriundos dos gastos e benefícios da previdência, no intuito de analisar as reformas, evidenciando a necessidade ou não de mudanças para garantir o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

Sob outro viés, Fagnani (2008) traz à discussão a real necessidade de uma reforma da previdência, o que alteraria as regras de aposentadoria por idade e contribuição. Tendo em vista que, em contradição aos argumentos defendidos pelos economistas, os principais fatores descobertos pela sua pesquisa indicam que o desequilíbrio financeiro é oriundo de fatores exógenos e que a solução política estaria no próprio crescimento da economia e nas mudanças das políticas macroeconômicas.

Silva e Costa (2016) fazem uma análise dos 90 anos de formação da Previdência a fim de compreender a situação financeira e os entraves dos direitos sociais, mas também perpassam cronologicamente as legislações e o modo como elas ocasionaram as transformações históricas, econômicas e governamentais.



Loureiro (2017) retrata os cenários de redemocratização da Argentina, do Brasil e do Chile no intuito de compreender o processo e as consequências das reformas previdenciárias. Para isso, o autor traz uma sequência de ideias sobre a globalização, a abertura da economia e a influência do capital externo, como forma de fazer uma análise comparativa entre os países.

Deste modo, os estudos científicos com viés econômico trazem, em geral, na construção dos seus argumentos um apanhado histórico e legislativo, os relacionando com as fases da economia brasileira e internacional, com a finalidade de compreender como isso afetou as políticas de previdência. Portanto, as crises políticas, os momentos de estagnação e de crescimento econômico também foram influenciados pelas estratégias políticas e governamentais o que interferiu no sistema previdenciário, resultando, por sua vez, em propostas de reformas, alterações legais e institucionais.

4.2.3 Perspectiva Jurídica

A perspectiva do Jurídica ou do Direito está presente, com destaque, em Baptista (1998), Costa (2008) e Lobato (2009). Tais artigos analisam a Previdência Social quanto um direito social e a sua proteção por meio das Constituições Federais brasileiras. Os autores estudam os princípios e fundamentos constitucionais da Seguridade Social e analisam de que forma os direitos sociais se constituíram.

Baptista (1998) trabalha a trajetória da Seguridade Social desde o contexto da sua formação enfatizando pressupostos, valores e princípios que estiveram presentes na sua formação, em contraposição com a política atual. É relatado também o debate entre grupos opositores à proposta da seguridade na década de 80 com o próprio dissenso no texto constituinte ao dispor sobre a previdência, a saúde e a assistência.

Em Lobato (2009) é discutido o processo de formação de políticas sociais no Brasil, a priori dentro do sistema de seguridade no contexto pós Constituição de 1988. O autor retrata os conceitos de constitucionalização, a abrangência e ampliação dessas políticas. É relatado que a institucionalização dos princípios apresenta entraves à implementação das políticas sociais. Já Costa (2008) trabalha a previdência social enquanto direito social dentro do contexto das Constituições Federais brasileiras, abarcando as características do Estado em cada época em que foram promulgadas as constituições federais.



Logo, essa perspectiva é encontrada tanto como uma retomada histórica das legislações que deram início ao sistema previdenciário e da seguridade social quanto em uma análise profunda sobre os aspectos constitucionais, a ampliação de direitos e os reflexos pós Constituição Federal de 1988. Há ainda discussões pertinentes sobre o acesso da população a essas políticas que visam, sobretudo, a efetividade das garantias constitucionais.

4.2.4 Perspectiva Reformista

A perspectiva reformista foi retratada nos artigos Fleury e Alves (2004); Melo e Anastasia (2005); Nakhodo e Savoia (2008) e Marques et al (2009), elas tratam do estudo das propostas de reformas, ora fazendo uma comparação entre os governos e ora remetendo a discussão da necessidade de uma mudança no sistema para que esses não se tornem deficitários.

Fleury e Alves (2004) analisam três momentos históricos da previdência; a Constituição Federal de 1988; a reforma do período FHC e a reforma democrática do Lula, destacando sobretudo como as reformas legais ocasionaram mudanças no sistema de financiamento e benefícios da previdência social. Já Marques et al (2009) tratam a forma como o governo Lula encarou a questão da previdência, elucidando a tentativa de resgate ao princípio da solidariedade e a concepção de proteção social. É discutida a situação da previdência social em conjunto com a seguridade social, procurando destacar a realidade financeira do sistema.

Os estudos feitos por Melo e Anastasia (2005) e Nakhodo e Savoia (2008) também discutem o panorama dos governos FHC e Lula, além dos argumentos das propostas de reformas. O primeiro anuncia os contextos dos jogos políticos dos congressistas, o número de coalizões em cada mandato, as relações entre os partidos e como se deram os processos decisórios. Já o segundo indica a necessidade de reforma do sistema previdenciário, gerado segundo os autores, pelo déficit econômico. As suas análises se referem à proposta de reforma anunciada em 1998 e a nova proposta ocorrida em 2003 nos governos acima citados.



5. Conclusões

Por fim, as perspectivas encontradas anunciam uma maior preocupação da acadêmica em discutir a Previdência Social quanto Política Pública consoante aspectos do Bem-Estar, Econômico, Jurídico e Reformista. Visualiza-se que o Bem-Estar se relaciona com as críticas às políticas que desvirtuam o modelo de Seguridade Social proposto pela Constituição Federal de 1988. Já o Econômico sinaliza uma preocupação com estudos que compreendam a situação financeira da Previdência Social, o que culmina com a perspectiva Reformista, que muitas vezes possui o respaldo econômico para a compreensão das sucessivas reformas.

O aspecto Jurídico que se relaciona com os direitos sociais foi o menos abordado pelos artigos, o que indica uma insuficiência de estudos que compreendam as Políticas Públicas da Previdência reforçando o seu aspecto social. Assim, é identificado um possível hiato teórico relativo à vinculação da trajetória da Política Pública de Previdência Social à trajetória do Estado brasileiro, pois também foi evidenciado a ausência de estudos integrativos, que analisem a previdência social de forma longitudinal.

Por isso, espera-se contribuir para a academia com o referido artigo ao indicar os caminhos teóricos que já foram utilizados e lançar luz a possíveis pesquisas que desejam retratar a trajetória da Previdência Social como uma Política Pública.

6. Referências Bibliográficas

BAPTISTA, T. W. de F. Seguridade Social no Brasil. **RSR. Revista de Serviço Público**, v. 49, n.3, jul-set, 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/373> . Acesso em: 18. Mai. 2017.

BERTUSSI, L. A. S.; TEJADA, C. A. O. Conceito, estrutura e evolução da Previdência Social no Brasil. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 11, n. 20, 2003.

BOTELHO, L.; LIRA R; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n. 11, p 121-136, 2011.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.**

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.**



Disponível em: <http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf> Acesso em: 29. Mar. 2017.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2006.

CALAZANS, F. F.; CAETANO, M. A.-R. Regulação da previdência no serviço público brasileiro: avanços, limitações e propostas. **CEDIPRE Online**, Coimbra, n.18, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cedipre.fd.uc.pt.>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAVALIERI, C. H.; PAZELLO, E. T.. Efeito distributivo das políticas sociais. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2005.

CAMPOS, M. B. L. B. de. **Regime próprio de previdência social dos servidores públicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, O. M. J. A previdência social no cenário constitucional brasileiro. **Fragmentos de Cultura**, v.18, n.11/12, p. 939-972, 2008.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n.3, p.693-706, 2009.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias políticas do Welfare State. **Revista. Lua Nova**, n.24, 1991.

FAGNANI, E. **Previdência Social e desenvolvimento econômico**. Campinas: **IE/UNICAMP**, 2008. (Texto para discussão, n. 140.)

FLEURY, S.; ALVES, R. Reforma previdenciária no Brasil em três momentos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 979-1022, 2004.

GOMES, F. G. Conflito social e Welfare State: estado e desenvolvimentos social no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.40, n.2, p.201-236, 2006.

JESUS, E. A Previdência Social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição. **Revista Katál**, v.18, n.2, p. 213-221, 2015.

HOBSBAWM, ERIC. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANZARA, A. P. Estado, trabalho e seguridade social no Brasil: legados, transformações e desafios. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n.1, p. 31-54, 2016.



LOBATO, L. V. C. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição Federal de 1988. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n.3, p. 721-730, 2009.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde e Debate**, v.40, n. especial, p.87-97, 2016.

LOUREIRO, M. R. Democracia e globalização: políticas de previdência social na Argentina, Brasil e Chile. **Lua Nova**, v.100, p. 187-223, 2017.

MARQUES, R. M. A. A Previdência Social no governo Lula- os desafios de um governo democrático e popular. **Ser. Social**, n.11, p.9-28, 2009.

MARQUES, R. M.; MENDES, A.; GUINO, C. K.; ANDRADE, P. R. A previdência social: da Constituição à reforma Lula. **Revista Textos e Contextos**, v.8, n.2, p. 195-218, 2009.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, n.1-4, fev. 1995.

MELO, C. R.; ANASTASIA, F. A. A reforma da previdência em dois tempos. **Revista de Ciências Sociais**, v.48, n.2, p.301-332, 2005.

NAKAHADO, S. N.; SARAIVA, J. R. A. A reforma da previdência social no Brasil: estudo comparativo entre os governos FHC e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 43-56, 2008.

RAMOS, R. A Seguridade Social brasileira: caminhos percorridos e a desbravar. **Interface**. v. 1, n.1, p.25-35, 2004.

RUA, M. D. G. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Florianópolis ,2009

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises**, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T. A formação do sistema previdenciário brasileiro: 90 anos de história. **Administração Pública e Gestão Social**, v.8, n.3, p.159-173, 2016.

SILVA, Lara Lúcia. **Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: Fatores Históricos e Econômicos**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1989>> Acesso em: 25. Set. 2016.

ZANIRATO, S. H. **O descanso do guerreiro**: um estudo sobre a instituição da previdência social no Brasil. Maringá: Eduem, 2009.